

RESENHA

CHE GUEVARA E O DEBATE ECONÔMICO EM CUBA

De Luiz Bernardo Pericás

Recebido em 05/2019

Aprovado em 05/2019

Quando se fala em Ernesto Guevara, é muito comum pensarmos em revolução, guerrilha ou combate político. Relacionado muito mais à prática, existe um Che teórico que foi esquecido ao longo da história. Todavia, por se tratar de um marxista, desconectá-lo de sua produção teórica é retirar um aspecto relevante de sua vida e luta. Afinal, como apontam Karl Marx e Friedrich Engels (2007, p. 535) na sua famosa tese sobre Feuerbach: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”.

A obra do historiador brasileiro Luiz Bernardo Pericás (2018) intitulada *Che Guevara e o debate econômico em Cuba* faz o resgate dos textos econômicos do revolucionário argentino. Através deles, é possível entender como Che assumiu a tarefa de ser presidente do Banco Nacional e depois Ministro de Indústrias em Cuba após a Revolução e buscou implementar uma transição socialista saudável em um pequeno país latino-americano, que antes tinha uma economia quase completamente dependente dos Estados Unidos.

No primeiro capítulo, o autor apresenta os primeiros desafios que apareceram para Guevara ao assumir o Banco Nacional. Entendendo a necessidade de proteger a economia cubana, o argentino poderia intervir nas empresas para evitar descapitalização, sabotagens ou abusos. O Banco passou a supervisionar as atividades financeiras do Estado e controlar a política de divisas e créditos para o setor privado, visto que todos os bancos que atuavam em Cuba foram nacionalizados em 1960. Houve, por

EDSON MENDES NUNES JÚNIOR

Mestrando e graduado em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário IBMR

exemplo, a retirada do país de instituições financeiras sediadas em Washington, como o FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Pericás (*ibidem*) relembra como, pela prática de *dumping*, legitimada pela lei n. 480 e por políticas protecionistas, os Estados Unidos garantiam o controle comercial na América Latina e resguardavam setores internos.

A falta de economistas qualificados em universidades cubanas levou Che a buscar as ideias da CEPAL¹, como, por exemplo, as de Raúl Prebisch (1964), para superar a relação de dependência. No entanto, a forma pela qual o argentino aplicou a planificação econômica demonstrou uma disposição a compreender a realidade concreta cubana, nos marcos do pensamento leninista, para buscar a industrialização, a reforma agrária e sem visar um desenvolvimento “autônomo” e isolado.

No segundo capítulo, Pericás (2018) apresenta alguns princípios básicos da administração econômica proposta por Che: unidade na direção política e econômica; centralismo democrático; discussão coletiva; responsabilidade única; participação dos trabalhadores na planificação da direção; controle em instâncias inferiores e superiores. Dentre as táticas pragmáticas na economia do período pós-Revolução, estava o uso das empresas estadunidenses nacionalizadas para tornar a gestão mais eficiente.

A valorização dos recursos próprios, na busca por soberania, não poderia, todavia, ignorar a necessidade evidente de importação de matérias-primas. A falta de técnicos também dificultava o desenvolvimento da ilha, o que poderia ser superado pela parceria com países socialistas para suprir o corpo administrativo qualificado. Para além disso, a relação com a União Soviética, por exemplo, em investimentos de infraestrutura, como uma siderúrgica ou fábrica de limas, foi fundamental nas relações externas anti-imperialistas que Che buscava construir. No entanto, como ressalta Pericás (*ibidem*), estas relações demonstravam, ainda, uma dependência cada vez maior de Cuba em relação ao bloco socialista.

O terceiro capítulo, voltado para o debate econômico existente na União Soviética e na Europa Oriental, aponta para o receio de Che em importar práticas para a economia de pensamentos afastados da realidade cubana. Enquanto teóricos “reformistas” tentavam aplicar uma maior flexibilização do planejamento sem rejeitar o papel do Estado nesse processo, visando aumentar a produtividade e diversificar a produção, Guevara sentia-se receoso de que essas tentativas representassem um “retorno ao capitalismo”. Para ele, enquanto nos modelos socialistas, por um

¹ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe foi criada em 1948 a pedido do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Sendo sediada em Santiago, no Chile, buscou contribuir teoricamente para o desenvolvimento econômico latino-americano. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0>>. Acesso em: 4 de maio de 2019.

lado, o excesso de controle estatal poderia resultar em uma degeneração burocrática, o excesso de autonomia, por outro, poderia gerar o que ele chama de degeneração anarcossindicalista, em que a propriedade socialista da sociedade passa a ser concebida como uma propriedade grupal, voltada para os interesses de um pequeno grupo (GUEVARA, 1961/1987). A Iugoslávia, por exemplo, representava este último caso, onde Che percebe que ali se retornava à lei de oferta e procura para gerar competitividade. O argentino entendia que as dificuldades da economia planificada, em um mundo onde o Ocidente capitalista exercia maior produtividade que o bloco socialista, poderiam ser superadas sem voltar à teoria do mercado e à lei do valor.

Logo após, no quarto capítulo, Pericás (2018) aprofunda-se no debate de Che dentro do contexto cubano, em que ele se dedica a questões como a capacidade de compra da população em relação aos preços, entendendo que o papel do Ministério seria de enfatizar produtos essenciais. O argentino buscava, *grosso modo*, coincidir preço com valor através de maior centralização e desburocratização. Seu modelo, contudo, foi criticado por não superar problemas como a falta de quadros técnicos, a falta de eficiência do aparelho central ou a dificuldade no abastecimento de materiais. Algumas vantagens, porém, foram possíveis, como a possibilidade de melhoria no uso de recursos nacionais ou do aparelho industrial e o maior controle de investimentos.

Já no quinto capítulo, entra em discussão o papel dos sindicatos na transição socialista. Enquanto alguns pensadores propunham uma maior descentralização para dar mais poder aos sindicatos, e outros, por sua vez, entendiam que os sindicatos já não seriam mais necessários, Guevara concordava com as ideias de Lenin, para quem os sindicatos continuariam indispensáveis para evitar excessos da burocracia estatal. Ainda, o argentino entendia que a democracia nas fábricas como exercício da política operária seria possível através das “comissões de arbitragem trabalhista”, em que trabalhadores escolheriam seus próprios representantes.

A importância da conscientização para a transição socialista é apresentada no sexto capítulo através do conceito do “homem novo”. Por meio da leitura do chamado “jovem Marx”, Che compreendeu que a consciência do indivíduo que supera a competitividade, a alienação e o individualismo do *ethos* capitalista não deveria surgir antes ou depois da revolução, mas junto a esta, através de uma práxis emancipatória. Este ponto é importante para uma discussão sobre os sistemas de incentivos que formaram parte do debate em Cuba. Entendendo que dificilmente seria possível superar rapidamente a mentalidade capitalista, Che entendia que os incentivos econômicos ao trabalho ainda seriam necessários, mas que deveriam ser substituídos, aos poucos, por incentivos não-econômicos, através do reconhecimento da contribuição para

a sociedade, materializado, por exemplo, em títulos, medalhas, menções honrosas ou diplomas, criando um “espírito de grupo”. Esta educação socialista também era trabalho dos intelectuais do partido, que deveriam participar e incentivar o trabalho voluntário, dos quais o próprio Che participara, representando uma ligação concreta entre o labor intelectual e o material.

No sétimo capítulo, por fim, Pericás (*ibidem*) debate acerca da relação entre o pensamento guevarista e as diversas vertentes econômicas marxistas. Por algumas de suas fortes características, como o antidogmatismo, o antiburocratismo e o internacionalismo, Che dificilmente pode ser classificado como trotskysta, stalinista ou maoísta. Seu respeito à análise da realidade concreta cubana, tendo como paradigma a dinâmica imperialista que prejudicava Cuba, aproxima-o da tradição marxista-leninista, apesar de sua própria originalidade e evolução. As viagens como ministro, buscando apoios estratégicos para a ilha em outros países socialistas, parecem ter contribuído para sua visão ampla do papel de Cuba e da América Latina em uma perspectiva global de manutenção e avanço do socialismo em face aos desafios que a produtividade capitalista apresentava.

Como é possível perceber na obra de Luiz Bernardo Pericás (*ibidem*), é este respeito ao debate e à diversidade de opiniões, junto à preocupação com a aplicação prática de suas ideias e à

humildade em aprender com os erros, que inserem em Che certa singularidade como pensador econômico. Sem prender-se a especificidades de certas escolas ou tendências, o compromisso do revolucionário com o desenvolvimento saudável e anti-imperialista e sua iniciativa de tentar na prática uma economia que, ao mesmo tempo, era planejada, soberana e participativa, possibilitam reconhecê-lo como relevante para a economia política latino-americana.

Referências bibliográficas

GUEVARA, Che (1961). “Discussão coletiva: decisão e responsabilidades únicas.” In: GUEVARA, Che. Textos econômicos para a transformação do socialismo. São Paulo: Edições Populares, 1987, pp. 130-139.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.